



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Terceira Sessão Legislativa Extraordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 10, 11 E 12 DE FEVEREIRO DE 2004

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a terceira reunião ordinária...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, desculpe-me, mas não há 28 Parlamentares em plenário para a abertura da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para verificação...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não estou solicitando verificação, Sr. Presidente. Tem de haver 28 Parlamentares para a abertura da reunião. Só há número suficiente se a presença for de Deputados e Senadores virtuais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há número suficiente registrado no livro de presenças tanto na Câmara quanto no Senado. Não haverá número futuramente para deliberação. Por enquanto, para abertura existe.

Declaro abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária da terceira Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciação das matérias constantes das Pautas n.ºs. 1, 2 e 3, de 2004.

Há expediente para ser lido. Solicito ao nobre Deputado Pedro Novais que faça a leitura.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Expediente.

Correspondência interna recebida:

Expedientes encaminhando solicitação de retificação em emendas:

1) Ofício n.º 32, de 2 de fevereiro, do Senador Hélio Costa, solicitando alteração de emenda de Ação Orçamentária de n.º 20190001, de minha autoria, referente ao PPA 2004/2007.

Informo que foi atendida a solicitação no adendo apresentado pelo Relator em 4 de fevereiro de 2004.

2) Ofício n.º 12, de 27 de janeiro, do Deputado Mendes Ribeiro Filho, coordenador da bancada do Rio Grande do Sul, solicitando mudança de texto da emenda da bancada gaúcha, referente ao PPA 2004/2007.

Informo que foi atendida a solicitação no adendo apresentado pelo Relator em 4 de fevereiro de 2004.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

1) Ofício n.º 25, de 3 e 4 de fevereiro, do Senador César Borges, justificando ausência às reuniões nos dias 3 e 4 de fevereiro.

2) Ofício n.º 10, de 3 de fevereiro, do Deputado Rafael Guerra, justificando ausência no dia 3 de fevereiro.

3) Ofício n.º 31, de 3 de fevereiro, do gabinete do Deputado Claudio Cajado, justificando sua ausência no dia 3 de fevereiro.

4) Ofício n.º 4 e 5/2004, de 3 e 5 de fevereiro, respectivamente, do Deputado Tadeu Filippelli, justificando sua ausência nos dias 3 e 4 de fevereiro.

5) Ofício n.º 10, de 4 de fevereiro, da Deputada Professora Raquel Teixeira, justificando sua ausência no dia 3 de fevereiro.

6) Ofício n.º 63, de 4 de fevereiro, do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

7) Ofício n.º 164, de 3 de fevereiro, do Deputado Cezar Silvestri, justificando sua ausência nos dias 27 de janeiro e 3 de fevereiro.

8) Ofício n.º 33, de 4 de fevereiro, da Senadora Lúcia Vânia, justificando sua ausência nos dias 27 de janeiro e 3 de fevereiro.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

9) Ofício nº 55, de 4 de fevereiro, do Deputado Wellington Roberto, justificando sua ausência no dia 4 de fevereiro.

10) Ofício nº 13, de 4 de fevereiro, do Deputado Humberto Michiles, justificando sua ausência no dia 3 de fevereiro.

11) Ofício nº 21, de 3 de fevereiro, do Deputado Anivaldo Vale, justificando sua ausência no dia 3 de fevereiro.

12) Ofício nº 26, de 4 de fevereiro, do Deputado Roberto Freire, justificando sua ausência no dia 4 de fevereiro.

13) Ofício nº 116, de 5 de fevereiro, do gabinete do Senador Jonas Pinheiro, justificando sua ausência no dia 4 de fevereiro.

14) Ofício nº 12, de 5 de fevereiro, do Deputado João Batista, justificando sua ausência nos dias 3 e 4 de fevereiro.

15) Ofício nº 194, de 4 de fevereiro, do Deputado Amauri Robledo Gasques, justificando sua ausência no dia 3 de fevereiro.

16) Ofício nº 195, de 4 de fevereiro, do Deputado Amauri Robledo Gasques, justificando sua ausência no dia 4 de fevereiro.

Ofício nº 32, de 2 de fevereiro, encaminhado pelo 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, informando a abertura do prazo de 5 dias úteis, a partir de 2 de fevereiro, para interposição de recurso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2004, do Congresso Nacional.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2004/CN, referente à conclusão do Parecer nº 1, de 2004/CN, sobre os Avisos de nºs 14, 16, 20, 30, 36, 37, 47, 54, 56, 57, 58, 70, 71, 73, 83, 89, 93, 95, 96, 97, 98 e 99, de 2003/CN.

Informo que foi encaminhado comunicado a todos os Parlamentares referente ao prazo de interposição de recurso e que os avisos contidos no Parecer nº 01, de 2004, do Congresso Nacional, cujo avulso encontra-se na Secretaria da Comissão.

Ofício nº 42, de 9 de fevereiro, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, informando que terminou dia 6 do corrente prazo para interposição de recurso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2004, do Congresso Nacional.

Correspondência externa recebida:

Expedientes encaminhando relatório de gestão fiscal em atendimento ao art. 54, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2003, dos seguintes órgãos: Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Superior do Trabalho; Tribunal Regional Eleitoral dos Estados do Acre, do Amazonas, da Bahia, do Ceará, do Distrito Federal, de Goiás, do Espírito Santo, do Maranhão, de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Paraná, do Piauí, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, de Roraima, de São Paulo, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins; Tribunal Regional do Trabalho das 1ª, 2ª, 3ª, 8ª, 9ª, 11ª, 17ª, 18ª, 19ª, 21ª, 22ª e 24ª Regiões.

Avisos/SGS, de 4 de fevereiro, encaminhados pelo Presidente do TCU:

1) Aviso nº 54 - Relatório de auditoria efetuada em 2001, na Prefeitura Municipal de Goiânia, com o objetivo de verificar a aplicação de recursos federais transferidos à municipalidade.

2) Aviso nº 64 - Relatório de auditoria realizada nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias do Estado de Minas Gerais.

3) Aviso nº 66 - Relatório de auditoria realizada nas obras de construção do Edifício Anexo ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife/PE.

Eram esses os expedientes, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Em primeiro lugar, gostaria de que V.Exa. fizesse a inversão da pauta, porque estou dando entrada em requerimento que tem como objeto convite ao Ministro do Planejamento e Orçamento — a gestão foi para a Casa Civil —, para que explique o decreto que formalmente contingenciou metade dos investimentos aprovados pelo Congresso Nacional na lei orçamentária.

Esse gesto, em função do decreto, é emblemático, porque, durante toda a confecção da lei orçamentária de 2004, o Relator da matéria e os Líderes do Governo assumiram alguns compromissos



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com o Congresso Nacional — não foram compromissos com Parlamentares ou partidos —, no sentido de que este Orçamento seria realista e, portanto, não passível de contingenciamento. Não sei se já foi publicado esse contingenciamento, que vem agora por meio do decreto.

Esse Orçamento não poderia, digamos assim, ser contingenciado. Fomos extremamente realistas quando, no Comitê de Receitas, avaliamos os valores que constariam do Orçamento da União, prevendo recursos para reparar o déficit originário. Então, encontramos recursos para resolver também essa questão orçamentária.

Para o ano de 2004, temos realmente um orçamento magro. Mas estimamos algumas receitas, entre elas as atípicas, num total de 4 bilhões de reais. E um dado de que dispomos, já de 2004, Deputado Virgílio Guimarães, indica que só no mês de janeiro o Governo já tinha 1 bilhão de reais de receitas atípicas — 1 bilhão de reais! Então, quando estimamos em 4 bilhões de reais as receitas atípicas para o ano inteiro, fomos realmente prudentes. Não haveria por que o Governo fazer esse contingenciamento. Além do mais, estimamos também receita da COFINS, por sinal alguém daquela que será verificada ao longo do ano. Portanto, Sr. Presidente, não havia nenhuma razão para esse contingenciamento.

O Governo, por meio desse decreto, desmoralizou sua Liderança nesta Casa, inclusive o Relator do Orçamento, que assumiu o compromisso de que não haveria contingenciamento. No entanto, o que estamos vendo é o contingenciamento de metade do Orçamento, praticamente de todas as emendas parlamentares, que Deputados e Senadores, auscultando, ouvindo suas bases, trazem para esta Casa no intuito de dar satisfação aos Municípios dos seus Estados.

Portanto, Sr. Presidente, nessa condição, peço a V.Exa. a inversão de pauta para que possamos apreciar meu requerimento verbal, o qual apresentarei por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, é natural que haja discussão e esclarecimentos do Governo, através do Ministério do Planejamento, sobre as medidas adotadas.

No entanto, desde já, adianto ponto de vista um pouco diferente. Concordo, no mérito, com o requerimento, até porque é natural apresentá-lo, já fizemos em outras épocas requerimentos de igual teor. Não há por que discutir a proposição.

Gostaria de tratar da argumentação e até da maneira de se referir às medidas tomadas. Primeiro, a tranqüilidade em relação à medida parece-me deva ser a tônica da Comissão. Houve uma espécie de retenção prudencial. Naturalmente, no início do ano, sobretudo quando há algum tipo de sobressalto, fundamentado ou não, é necessário pôr o pé no freio e observar. Fazendo uma comparação, seria como se alguém fosse atravessar uma esquina: primeiro diminui a velocidade, olha para um lado, para o outro, e só depois atravessa. Isso não significa que a pessoa vai parar e ficar estacionada naquela esquina. O cruzamento será ultrapassado com prudência.

Ao verificarmos que, em janeiro, em vez de perda de receita, tivemos até um ganho, ficamos muito otimistas, porque ultrapassamos o que estava previsto no Orçamento, o que nos dá uma tranqüilidade muito grande. Pela primeira vez, Sr. Presidente, teremos a execução do Orçamento já no início do ano, inclusive no que se refere às emendas individuais, o que me parece, em ano de eleição municipal, extremamente adequado.

Executaremos primeiro as emendas individuais, dando, portanto, tempo para que os Prefeitos, cumprindo a legislação eleitoral, realizem os projetos apresentados pelos nossos colegas. Isso vai gerar emprego em todo o Brasil e levará desenvolvimento para o interior.

Quanto às emendas coletivas, de bancada, que, de um modo geral, dizem respeito a obras mais estruturantes, vale lembrar que elas são executadas ou pelos Governos Estaduais ou pelo próprio Governo Federal, via Ministérios. O que não gera qualquer conflito com a lei eleitoral.

Portanto, como não é possível executar tudo ao mesmo tempo, é muito mais adequado o que estamos propondo: executar inicialmente as emendas individuais, que têm mais a ver com os Municípios, promovendo assim obras e emprego no Brasil. A partir daí, tenho certeza absoluta de que essa retenção prudencial será momentânea e, então, teremos a plena execução do Orçamento, que é o desejo de todos.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero manifestar meu regozijo com o Governo, minha alegria por ver esta Casa constatar, pela primeira vez depois de décadas, o início da execução orçamentária já a partir do mês de fevereiro, numa homenagem aos Deputados e Senadores, pois começa pelas emendas individuais. Tenho certeza de que isso será saudado efusivamente pelos Parlamentares de todos os partidos. Faz 10 anos que estou nesta Comissão e não me lembro de ter presenciado qualquer execução de emenda orçamentária no início do ano do próprio Orçamento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro. O ilustre Deputado Virgílio Guimarães, obviamente, fez uma contradita ao meu requerimento...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Apoiei seu requerimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Muito obrigado! Mas S.Exa. esqueceu de citar os 3 bilhões e 200 milhões de reais de Restos a Pagar de 2003 para 2004. Esses valores foram empenhados através de 4 decretos publicados no final do ano passado. Afinal, qual será a prioridade? São os Restos a Pagar ou as emendas individuais? Temos uma estrada curta em 2004, porque dia 30 de junho é o prazo limite para empenho, em função da lei eleitoral. Portanto, Sr. Presidente, mais do que nunca se faz necessária a explicação do Ministro, para que possamos entender com clareza essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, há requerimento por escrito convocando o Ministro do Planejamento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não. Ainda não foi encaminhado.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Bom, então estamos discutindo no vazio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Apresentaram agora.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Então, isso serviu apenas para tumultuar a reunião. Acho que devíamos seguir a pauta e, no momento oportuno, discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O requerimento pode ser verbal ou escrito, Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito se fala nesta Casa sobre emendas parlamentares. Às vezes até a imprensa, jocosamente, diz que as emendas parlamentares são emendas paroquiais.

Hoje, por acaso, peguei um trabalho de um dos membros desta Comissão, que inclusive está presente, Deputado Márcio Reinaldo Moreira — e S.Exa. inclusive me mandou um *book* a respeito de um trabalho realizado com suas emendas parlamentares —, que realmente é de cair o queixo. Está de parabéns esta Comissão pelo trabalho realizado pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira, com suas emendas parlamentares, aquelas que, jocosamente, a imprensa chama de “emendas paroquiais”.

Nessas emendas, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira propõe a execução de projetos regionais, se não me engano, em 18 Municípios atendidos, de artesanato e hortas comunitárias. O trabalho contempla aquelas questões regionais de Minas Gerais e é um espetáculo, algo digno de se ver. Aliás, convoco nossa Comissão para conhecer esse trabalho.

Sr. Presidente, apresentei um requerimento que até hoje está em pauta, convidando os Parlamentares a conhecer o projeto Brejos da Barra, de minha autoria, que também é executado mercê de emendas parlamentares.

Então, quero registrar que quando o Governo contingencia emendas parlamentares, na verdade está prejudicando nossas comunidades lá na ponta. As emendas parlamentares têm sido muitas vezes, e em sua quase totalidade, referência neste Congresso. Quantas ruas são construídas com emendas parlamentares? Quantos sistemas de esgotamento sanitário são construídos neste País com emendas parlamentares? Quantas canalizações? Águas são retiradas de casas. Estão aí as cheias. Apresentei uma emenda parlamentar, beneficiando o Município de Lauro de Freitas, para que um rio fosse tragado, e nunca mais houve cheia naquela cidade.

Portanto, é esse tipo de emenda que esta Casa precisa aceitar e concretizar. E o Governo tem que liberar os recursos. É um desabafo que faço, inclusive como membro da bancada governista. Um



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bilhão e meio é muito pouco para resolver as situações difíceis que vivenciamos neste País. Precisamos agilizar nossa economia; precisamos fazer com que este País ande; precisamos ajudar os Municípios que passam por calamidades.

As emendas individuais dos Parlamentares servem de alavanca para ajudar o Governo Lula. Não entendo como se contingenciam essas emendas sem um estudo profundo, sem verificar quais devem ser executadas. Às vezes, é preciso contingenciar emendas, pois nem todas são iguais, mas algumas são imprescindíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Wilson Santiago. Peço aos Srs. Parlamentares que respeitem o limite de tempo.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fato, o ilustre representante do Governo, Deputado Virgílio Guimarães, deu um esclarecimento que muito interessa a todos nós, não somente desta Comissão, e também aos demais representantes do povo.

Na verdade, S.Exa. diz que o Governo fez esse contingenciamento para tomar algumas providências, ou até cautelas, em relação a turbulências que porventura nos ameaçassem.

Por outro lado, Sr. Presidente, o Governo também inova ao determinar aos próprios Ministérios que se execute o Orçamento de 2004 a partir de fevereiro deste ano. Sabemos que durante muitos anos — todos nós, Deputados e Senadores — sofremos nesses Ministérios para conseguir empenhar, na madrugada do dia 31 de dezembro, as emendas parlamentares, muitas delas, na verdade, não empenhadas porque não houve tempo.

Nesse ponto, precisamos parabenizar o Governo por antecipar esses empenhos, no que se refere às emendas individuais, e assegurar, como ele próprio tem garantido, que as demais emendas, inclusive a parte contingenciada, sejam posteriormente executadas, para que tenhamos condições de efetuar e concluir grandes obras por este Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente, em nome do meu partido, gostaria de apoiar efetivamente essa proposta de convite ao Ministro Guido Mantega, para aqui estar presente e discorrer sobre esse decreto do contingenciamento.

Creio que o ano de 2004 é atípico, e precisamos realmente ter essa agilidade de que o Deputado Virgílio Guimarães fala com tanta esperança, a qual acredito ser de suma importância.

Mas é inaceitável, de fato, como propõe o representante do PFL, que tenhamos um contingenciamento tão veementemente negado, sobretudo e inclusive pelo Ministro Mantega. Sabemos que S.Exa. não decide sozinho. Há o Ministro Palocci, que também tem suas estratégias, conveniências e decisões. Mas o que vemos e sentimos por este País afora é aquilo que realmente aconteceu no período Fernando Henrique ou Malan. O Palocci é a continuidade do Malan.

Temos que reverter essa situação. Nossas estradas são apenas buracos. Disse ao Deputado Virgílio Guimarães que passei perto da terra natal de S.Exa., nesta semana, e ao longo de 3 trechos de menos de 60 quilômetros o carro quebrou. O ocorrido me deixou muito pesaroso.

Sr. Presidente, agradeço as palavras ao Deputado João Leão. Digo a S.Exa. que esta Comissão e seus membros deverão receber esse livro, no qual tivemos a oportunidade de retratar os frutos de emendas parlamentares apresentadas nos últimos anos. Num simples programa de artesanato, conseguimos mobilizar mais de 9 mil postos de trabalho. Tivemos oportunidade de trabalhar e trazer essas informações para nossos colegas e para as autoridades do País.

De fato, vale a pena refletir a respeito, porque há exemplos de muitos outros bons projetos criados e motivados por Parlamentares que atuam no Congresso Nacional, principalmente aqueles mais militantes desta Comissão. Tenho certeza de que bons programas foram feitos, e eles não refletem o que a mídia divulga — e também os burocratas, principalmente da área econômica, que não querem que os Parlamentares tenham recursos para ter seu vôo próprio —, ou seja, que as emendas parlamentares geralmente são paroquiais. Falo como Parlamentar e ex-burocrata, que conhece muito bem todos os macetes e mumunhas que eles usam atualmente.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A palavra contingenciamento deveria ser riscada do mapa. Deveríamos buscar os projetos que tornam o Orçamento impositivo como uma peça inadiável e necessária para o bom desenvolvimento das ações públicas deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não sei se este seria o momento de discutirmos o requerimento do Deputado Pauderney Avelino. Consta na pauta a leitura, discussão e votação do Plano Plurianual — PPA, e parece-me que o Deputado Pauderney Avelino solicita inversão de pauta para que o requerimento seja colocado em discussão e votação.

Ouvi alguns colegas se pronunciarem e, em razão dessa disposição de se falar em contingenciamento, considero que nesta Comissão a palavra cabe ao Deputado Jorge Bittar, digníssimo Relator da matéria, e ao Ministro do Planejamento, Dr. Guido Mantega, pois ambos asseguraram que o Orçamento, se votado como apresentado no relatório final, não seria contingenciado.

Estamos discutindo aqui sobre hipóteses, pois ninguém ainda se certificou da amplitude do decreto, se realmente serão contingenciados 6 milhões, ou se serão 4,5 milhões. O que há são notícias na mídia. Deveríamos ouvir primeiramente o Ministro Guido Mantega e o Relator, Deputado Jorge Bittar, que, diga-se de passagem, fez um trabalho primoroso, transparente, democrático, participativo e absolutamente dentro dos padrões de seriedade, de maneira que esta Comissão como um todo houve por bem votar e aprovar o parecer de S.Exa.

Sr. Presidente, para melhor organizar a situação, peço a V.Exa. que reserve minha inscrição para discutir o requerimento quando for aprovada a inversão ou no momento oportuno.

O mínimo que poderíamos dizer é que lamentamos a postura do Governo Federal de contingenciar o Orçamento, até porque esse discurso anula a política do Governo Lula. Essa postura é contraditória, haja vista o privilégio das emendas individuais — que alguns consideram paroquiais — sobre as coletivas, estas consideradas estruturantes, mas que estão sendo contingenciadas. Ora, como se anuncia a liberação das emendas individuais, tidas como paroquiais e retrógradas, contingenciando-se justamente as emendas coletivas, estas, sim, fundamentais para o desenvolvimento dos Estados e principalmente do País? Não entendo esse posicionamento.

Mas não vou ficar falando sobre hipóteses, Sr. Presidente. Prefiro que primeiramente tenhamos vista do decreto e que depois votemos, se for o caso, o requerimento de inversão de pauta apresentado pelo Deputado Pauderney Avelino. De antemão, já me inscrevo para discutir o requerimento, cujo teor, parece-me, é convidar o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, para que aqui explique as razões do contingenciamento. Nessa oportunidade é que falarei e farei minhas críticas. Lamentamos, antecipadamente, se assim confirmada, a postura do Governo Federal.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. decidisse se vamos iniciar a leitura, discussão e votação do Plano Plurianual, ou se vamos votar, como solicitado pelo Deputado Pauderney Avelino, a inversão de pauta para que possamos discutir o requerimento de convocação ou convite ao Sr. Ministro do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ouvi com atenção as intervenções feitas. Há 2 requerimentos sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, não há *quorum* para deliberarmos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há 2 requerimentos. Um deles, do Deputado Rodrigo Maia, solicita a retirada do item 1 da pauta e a preferência para apreciação das Pautas n^{os} 2, 3 e 4 da Ordem do Dia. O segundo requerimento é de autoria do Deputado Pauderney Avelino e pede o comparecimento do Ministro do Planejamento e Orçamento à Comissão. Como se fazem presentes 8 Senadores e 16 Deputados, não há número para deliberação e, portanto, não podemos entrar na Ordem do Dia.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de suspendermos a sessão. Caso contrário, ela terá que ser encerrada em conformidade com o Regimento.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, nós do PFL temos a certeza de que vamos chegar a um entendimento em relação ao PPA. Um aspecto fundamental para o PFL é o superávit



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

definido pelo Relator. O PFL não abrirá mão de discutir este ponto, pois defendemos que esse superávit venha decrescendo ano após ano. É fundamental para aprovação do PPA tanto na Comissão como no plenário. Como temos certeza de que o Governo vai recuar em sua posição radical de manter um superávit absurdo de 4,25% para os próximos anos, pelo menos da minha parte, da parte do Deputado Pauderney Avelino e de outros Parlamentares do PFL, aceitamos a suspensão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, gostaria de fazer mais um registro. Por que apreciar um PPA que prevê obras já contingenciadas? Como vamos apreciar um PPA, se o projeto de lei da Parceria Público-Privada, contido nesse PPA, ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados e não foi ainda levado a plenário, tampouco discutido no Senado Federal?

Precisamos primeiramente ter clareza sobre qual seria o volume de recursos e quais são as prioridades dos projetos e ações do Governo para 2004. Caso contrário, não há motivo para pressa na aprovação do PPA.

Tenho certeza de que o Governo não aceitará o relatório do Senador Roberto Saturnino no que tange ao superávit primário. Entendemos que sem a redução desse superávit primário não haverá como o Brasil executar melhorias nas estradas, no fornecimento de energia elétrica, enfim, na infra-estrutura de que tanto precisamos. E a Parceria Público-Privada, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados na Comissão Especial, prevê quase 22% do PIB para obras de infra-estrutura, educação e saúde?

Esse substitutivo que o Relator apresenta não prevê a participação do Congresso Nacional. Não podemos continuar apreciando relatórios, substitutivos ou projetos de lei inconstitucionais, como é o caso da PPP. Queremos corrigi-los e, por isso, precisamos votá-los no plenário da Câmara dos Deputados, para saber de que forma será constituído esse fundo fiduciário, ou de que forma se dará essa participação da União na contrapartida das prestações para serviços e obras. Não podemos aceitar a votação do Plano Plurianual se não tivermos certeza de que essa participação se dará com abertura de crédito financeiro para as empresas. Endividamento público é o que prevê essa PPP. Ora, não seria mais fácil o Governo Federal avalizar com títulos públicos essas empresas e estas fossem ao BNDES ou a outra instituição para negociar os recursos, sem o endividamento do setor público?

Ora, Sr. Presidente, precisamos discutir ainda mais o trabalho do Senador Roberto Saturnino, porém, somente podemos fazê-lo depois de alguns esclarecimentos sobre o PPP e o decreto de contingenciamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, também gostaria de inscrever-me.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Pois não, Senador.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o que gostaria de externar é que os Senadores estão empenhados em dar *quorum*. Conforme V.Exa. observou, no início da reunião havia pelo menos 12, e mais alguns já assinaram. Então, no momento em que V.Exa. definir — está quase no horário da Ordem do Dia e talvez tal providência não seja adequada — um horário mais adequado para nós, Senadores, queremos dizer que nos empenharemos em estar aqui, até porque queremos compor o *quorum* necessário para a votação do parecer do Senador Roberto Saturnino, ainda hoje.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O problema é que os Parlamentares chegam, assinam o livro e saem. Porém, para iniciarmos a Ordem do Dia, é necessária a presença física de 12 Senadores e 33 Deputados Federais. Por isso perguntei ao Plenário se aceitaria suspender a sessão, em vez de encerrá-la, como é regimental. A suspensão é para ver se avançamos, mantendo, pelo menos, já no livro, o número suficiente de Parlamentares para deliberação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, o Partido Progressista concorda com a suspensão e acha que podemos eventualmente conseguir o *quorum* para esse debate. Evidentemente, é justa a exigência do *quorum*, porque se trata de tema muito importante.

Realmente, queremos debater o PPA e nele firmarmos compromissos para que não ocorra o que está acontecendo com o Orçamento, para o qual estamos admitindo a votação com pouca receita — não que não as tenhamos encontrado, porque isso já fizemos —, porque tivemos de cobrir o buraco de 6



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bilhões que veio do Ministério do Planejamento. Agora, sofremos da mesma maneira o contingenciamento, o que não foi o combinado com esta Casa.

Portanto, devemos ter cautela no debate do PPA, para que não sejamos novamente enganados pelo Governo e por seus Ministros, que vêm à nossa Comissão, prometem uma coisa e fazem outra, publicando cortes no *Diário Oficial*.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Chaves. Peço a V.Exa. que seja rápido, para darmos a decisão final.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, só para dizer que o PMDB concorda com a sugestão de que a sessão seja suspensa, para que posteriormente possamos reiniciá-la a fim de votarmos a matéria em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Conforme manifestação favorável do Plenário, por vários partidos, suspendemos esta sessão e convocamos sua continuidade para amanhã, às 14h30min, na expectativa de que o Senador Roberto Saturnino possa ler seu parecer.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 3ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes das Pautas n.ºs 1, 2 e 3, de 2004.

Aviso.

Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, comunico que será realizada reunião de audiência pública, com a presença do Sr. Secretário de Segurança Nacional, Dr. Joaquim Ferreira Vieira Levy, no dia 2 de março, terça-feira, às 15h.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, ontem dei entrada em requerimento de convite ao Ministro do Planejamento, Guido Mantega, para vir a esta Comissão explicar o contingenciamento do Orçamento, que pedi a V.Exa. incluísse na pauta, com a conseqüente votação da inversão. Gostaria de saber da sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Deputado Pauderney Avelino, a matéria tem de ser submetida ao Plenário, para ter aprovada sua inclusão na pauta e, a seguir, no final dos trabalhos, votado o requerimento.

É importante a visita do Sr. Ministro — acho que todos os Srs. Deputados e Senadores concordam —, nesta fase do processo em que se anuncia corte no Orçamento. Mas ainda não há o decreto de corte que nos levaria a convocar S.Exa. para esclarecer os fatos.

Em face disso, a Presidência ouve o Plenário para saber se concorda ou não com a convocação do Ministro do Planejamento.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, é solução adequada, na medida em que agilizará os trabalhos. É muito importante que o Ministro volte a esta Comissão para explicar os fatos, porque durante a votação do Orçamento disse textualmente que se votássemos dentro das limitações não haveria contingenciamento e haveria a execução integral do Orçamento votado.

O Governo está de novo propondo pagar 1 milhão e meio das emendas individuais. Pediu que os Deputados priorizassem esse valor — temos direito a indicar 2 milhões —, dando sinal de que não respeitará mais essas emendas sagradas, que representavam para um Prefeito a garantia de recursos. Hoje já não representam mais nada, a não ser a esperança de que um dia possa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ary Vanazzi.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Sr. Presidente, nós da bancada do PT também concordamos com a vinda do Ministro para explicar o contingenciamento. Embora o anúncio inicial fosse de 6



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bilhões, sabemos que 3 bilhões eram de custeio. Há indicações de que o Governo começará a pagar, em fevereiro, 1 bilhão e meio das emendas parlamentares, porque é ano curto, em função das eleições.

O Orçamento da União era de 8 bilhões. A Câmara ampliou para 12 bilhões. O contingenciamento também tinha um pouco dessas perspectivas. Portanto, concordamos com isso, para que possamos inclusive ler hoje o relatório do Senador Roberto Saturnino Braga, a fim de avançar no debate sobre o PPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, já me sinto contemplado com as palavras do Deputado Ary Vanazzi.

Existe uma negociação, feita por ocasião da montagem do relatório do Orçamento, em que foram estabelecidos compromissos. Esta Comissão tem todo o direito e esta Casa o dever de ouvir o Ministro do Planejamento, inclusive, com a presença do Relator do Orçamento.

Não há dúvida de que esta Comissão se excedeu de maneira significativa na programação original da proposta orçamentária. Mas a discussão é que precisamos desobstruir, porque o País não pode ficar prejudicado em virtude de demarcação de terreno em face da votação do PPA. O Brasil necessita de programa de investimento e não pode simplesmente se curvar a emendas e perder a perspectiva de um projeto mais estruturante. Todos necessitamos ter o PPA aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente registro nossa satisfação de ver discutida, com participação significativa, a proposta do meu colega Deputado Pauderney Avelino para trazer o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, a fim nos prestar informações, que reputo da maior importância para o Congresso Nacional e a sociedade brasileira.

A imprensa noticia corte de 6 bilhões de reais e a liberação de 1 bilhão e meio, fruto de acomodação da base do Governo, que firmou a negociação.

Sr. Presidente, acho que este PPA já está comprometido, mesmo porque deveríamos tê-lo aprovado primeiro para, depois, analisar a LOA, que já aprovamos, e a imprensa anuncia cortes, que o Congresso Nacional nem sabe onde são.

Quando o PPA chegou à Comissão de Orçamento, nós Deputados, inclusive do PSDB, chamamos a atenção para o fato de que mais parecia um orçamento do que um PPA. E agora o estão corrigindo. Como fica? Aprovarei um PPA que teria de ser aprovado antes do Orçamento? Apoiarei um PPA como se não houvesse nada de cortes, sendo que o Governo já os anunciou.

Este documento, no mínimo, como se trata de base de Governo... Devemos dizer ao Ministro do Planejamento que estamos aprovando o PPA, mas na LOA já há um corte de 6 bilhões e será nas rubricas tais.

Reputo da maior importância a convocação do Sr. Ministro para prestar esclarecimentos não só à Comissão de Orçamento, mas a toda a sociedade brasileira, para não ficar a impressão de que estamos aprovando o que se constitui do corporativismo dos Deputados. A partir daí, aprovaremos o que não deveria ser aprovado. Teria, sim, de corrigir e ajustar imediatamente a proposta, para depois, até em respeito a esta Comissão, submetê-la à apreciação e discussão desta Comissão.

Obrigado, Deputado Pauderney Avelino, e parabéns por ter levantado esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, ninguém pode pautar ação política em cima de fatos de jornais. Se a intenção do Governo é fazer o contingenciamento, e não cortes, em função da realidade da receita do Brasil, ele o fará através de decreto, após o qual cabe a crítica devida.

São estranhos esses pronunciamentos sobre corte do orçamento, emenda individual, emenda de bancada.

É bom lembrar que a Corregedoria da União levantou dados que comprovam que 70% das verbas federais destinadas aos Municípios são mal aplicadas, e a lista desses recursos mal utilizados aumentou.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de levantar a voz para rebater a questão das emendas, temos de chamar a atenção para o Orçamento da União, para o PPA, que erige estrutura para o País, política de investimento, visão de Estado, e não nos atermos a questões paroquiais, cujo resultado já está demonstrado: pulverização de recursos públicos e enriquecimento ilícito, principalmente em ano eleitoral como este.

Temos de amenizar esse afã de tentar dificultar a aprovação do PPA e centrar nossas atenções naquilo que é importante para o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Deputado Machado, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Sr. Presidente, depois desse requerimento que convoca o Ministro do Planejamento, entendi que V.Exa. será seu portador.

Em várias discussões, na sala da Presidência, ouvimos o Relator Jorge Bittar: “Srs. Parlamentares, tenham paciência, estamos produzindo um relatório, um Orçamento realista. Dou-lhes minha palavra de que não haverá cortes nem contingenciamentos.” Ouvi por diversas vezes o Ministro do Planejamento repetir essas mesmas palavras.

V.Exas., no entanto, foram surpreendidos. Eu não, porque quando o Deputado Jorge Bittar afirmou isso, eu tinha a absoluta convicção de que haveria cortes, porque o Governo anunciou na semana passada. Mas até o presente momento nada foi publicado.

Não sou especialista no assunto, mas poderá haver problema sério de compatibilização, ao se contingenciarem verbas do Orçamento de 2004 antes de se aprovar o PPA. O que mais ouvimos nas discussões é que tem de haver perfeita compatibilidade entre eles.

Será que o Presidente Lula fez cortes ou fará ou será que Jorge Bittar já o convenceu de deixar esse contingenciamento para lá? É possível: anuncia-se, mas não se publica nada. Há algo que não está bem explicado. Depois desses cortes, Senador, será que V.Exa. terá de fazer cortes no PPA? Não sabemos quais os cortes que o Governo vai impor ao Orçamento de 2004. Talvez tenhamos de votar e aprovar relatório que tenha de sofrer modificações duas, três horas depois.

Por isso é necessária a presença do Ministro do Planejamento imediatamente. Só depois de suas explicações poderemos pensar em votar o PPA.

Quanto ao apelo das lideranças do PT sobre a necessidade de votar o PPA, quem mais esteve presente nesta Comissão com o desejo claro de discuti-lo e votá-lo foram as bancadas do PFL e do PSDB.

Quem criou, intencionalmente ou não, dificuldades para atingir *quorum* foi a base aliada do Governo. Estamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Liderança do Partido dos Trabalhadores, presentes neste plenário para discutir a matéria.

De antemão, a orientação da bancada do PFL será para votar contra. O que de melhor tem no PPA, no relatório do Senador Roberto Saturnino, já ouvi de algumas Lideranças do Partido dos Trabalhadores, é que o Governo é contra a possibilidade de diminuir o superávit primário de meio ponto percentual a cada ano.

Sr. Presidente, apelo a V.Exa., em nome do Partido da Frente Liberal, para que dê ao convite caráter de urgência, a fim de que o Ministro do Planejamento venha a esta Comissão nos explicar esses cortes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, estou preocupado: sexta-feira se encerrará o período da convocação extraordinária e, historicamente, o *quorum* será baixo.

V.Exa. convidou o Secretário Joaquim Levy para participar de audiência pública na terça-feira, às 15h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Não, a audiência será no dia 2 de março.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Entendi errado, desculpe-me.

Pelo que entendi, V.Exa. formalizará o convite esta semana ao Ministro Guido Mantega. Indago à Presidência se é possível formulá-lo para a próxima semana, em decorrência da importância dos fatos, para ouvirmos de S.Exa. se houve mudança de postura do Ministério do Planejamento ou se o Relator,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Jorge Bittar, afirmou algo no passado que não pode manter. Por isso peço que o convite seja feito em caráter de urgência.

Solicito também que a Secretaria da Comissão Mista de Orçamento informe a decisão ao nobre Relator, Deputado Jorge Bittar, para que também esteja presente. Não tenho procuração de S.Exa., mas defendo seu relatório, porque acompanhei desde o início a forma democrática, participativa, transparente e absolutamente competente com que o elaborou, com apoio e unanimidade desta Comissão.

Sr. Presidente, queremos ouvir o Ministro do Planejamento nesta Comissão de forma urgente, porque se anunciam na mídia cortes ou contingenciamentos do Orçamento para o exercício deste ano, mas não há decreto publicado. Anunciam, mas não publicam. Pode ser que tenha sido anúncio precipitado ou sejam apenas palavras ao vento, soltas nos jornais.

Toda a Comissão deseja ouvir do Sr. Ministro os motivos desses pressupostos cortes ou contingenciamentos, até porque, conforme acordo de procedimento, poderemos ouvir a leitura do relatório, mas a discussão e votação merecerão muita cautela, uma vez que causará impacto direto o que decidimos quando da aprovação da Lei Orçamentária.

Por outro lado, discordo da forma de se encararem as emendas individuais, a exemplo do Governo e de alguns Parlamentares desta Comissão. Se elas são paroquiais, por que se anunciou agora sua liberação antes de junho? O Deputado Professor Luizinho informou ontem que o Governo vai liberá-las. Então, que se liberem as emendas coletivas.

Quem conhece os Municípios brasileiros, principalmente os nordestinos, sabem que têm média de arrecadação de 400 mil e recebem 150 mil, 200 mil reais de emenda individual. Se multiplicarmos pelos mais de 5 mil Municípios, aí, sim, asseguraremos o mínimo de qualidade de vida a milhares de brasileiros.

Sr. Presidente, muitas vezes o discurso da base do Governo não se coaduna com suas ações, e vice-versa. Daí essa confusão em que nós, da Oposição, ficamos perdidos. Às vezes nos tomam nosso discurso e outras vezes o devolvem a nós. O Governo tem de se situar de forma harmônica entre a sua base e o Executivo, para que não fiquemos navegando em águas tumultuadas.

Mais do que isso, Sr. Presidente: precisamos acabar de estabelecer exceção como regra. Se há Prefeitos corruptos, que malversam o dinheiro público, que sejam punidos severamente. A Corregedoria-Geral da União faz trabalho de fiscalização dos Municípios e envia ao Ministério Público todos os erros — os culpados e os dolosos — das gestões municipais. Não podemos, em hipótese alguma, estabelecer da exceção a regra.

Na condição de Deputado da Bahia, nordestino, acho que o Orçamento Geral da União tem de servir principalmente para combater as desigualdades sociais. Hoje, o País, principalmente os Estados do Nordeste, passa por situação de calamidade pública diante dos problemas oriundos das enchentes, das chuvas de verão. No entanto, vemos boa vontade do Governo apenas no anúncio de que liberará verbas. Na Bahia, em dezenas de Municípios, há milhares de pessoas desabrigadas, sem ter o que comer. Precisamos da ajuda do Governo Federal, mas ela não vem.

Precisamos encarar a realidade brasileira não apenas com retórica, mas com pragmatismo. Esse contingenciamento, se vier, será um tiro nas costas deste Parlamento: confiamos no Governo e não podemos admitir que agora faça corte dessa amplitude. É importantíssimo ouvirmos o Ministro do Planejamento, suas razões, e se o que se comenta é ou não verdadeiro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, pela ordem. Precisamos dar continuidade à pauta de discussão de hoje e verificar se quem está falando assinou a lista de presença.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Sr. Presidente, pela ordem.

A bancada de Oposição tem suas razões para fazer os questionamentos sobre o relatório do PPA, mas chegará o momento específico para fazer esse debate: a vinda do Ministro, que dará suas explicações, na semana que vem, na terça-feira ou na quarta-feira. Vamos confirmar o horário e o dia que a bancada achar melhor. O debate que todos estão propondo poderá ser feito com S.Exa., que é quem deve nos dar explicações e expor as razões dos cortes.

Sugiro encaminhar o convite para que o Ministro compareça na terça-feira ou quarta-feira e, depois disso, debater e votar o relatório. Gostaria de ouvir a bancada encaminhar a sugestão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - O Deputado Eduardo Valverde e outros da base do Governo insistem em realizar nesta Comissão o papel da Oposição. Agora cobrou a presença dos Parlamentares. Nós da Oposição queremos que seja cumprido o Regimento.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, qual é a questão de ordem? S.Exa. tem de justificá-la regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - S.Exa. tem de citar o artigo do Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, não há *quorum* para a abertura da reunião. Por favor, suspenda ou encerre a reunião.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Como não há *quorum* se o Deputado Machado falou?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Trinta e três Deputados e 12 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Colbert Martins, o Deputado Rodrigo Maia levantou questão de ordem sobre o *quorum*, que efetivamente não foi atingido.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Ou V.Exa. suspende a reunião, ou vou pedir seu encerramento. É importante que a base do Governo esteja presente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Ela tem de estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos suspender a reunião e convocar outra para amanhã, às 10h.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem. Quero fazer um apelo a V.Exa. Em primeiro lugar, o livro registra a existência de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Regimento exige a presença física de 12 Senadores e 33 Deputados.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Isso a partir do momento em que se pede verificação. A reunião já tinha sido aberta.

Proponho a V.Exa. que suspenda a reunião por 10 minutos para que os Líderes procurem o entendimento. Esse é o apelo que faço a V.Exa., já que não vamos votar. Peço que os Líderes disponham de 10 minutos para conversar. Depois, V.Exa. dá o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está suspensa a reunião e convocada sua continuação para amanhã, às 10h, na forma regimental.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 3ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constates das Pautas nºs 1, 2 e 3, de 2004.

Ordem do Dia.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 30, de 2003, CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. O Relator é o Senador Roberto Saturnino. Foram apresentadas 2.423 emendas. O voto do Relator é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Há sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, sobre a retirada de pauta do PL nº 30, de 2003.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, em homenagem à presença do Deputado Jorge Bittar, que certamente veio à Comissão para explicar os cortes no Orçamento, retiro o requerimento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Rodrigo Maia retira o requerimento.

Há outro requerimento do Deputado Rodrigo Maia, que pede preferência para que sejam apreciadas as Pautas nºs 2 e 3 da Ordem do Dia da presente reunião.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, repito as minhas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Rodrigo Maia retira também o outro requerimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, primeiramente, sendo de um partido da Oposição, gostaria de, em nome da relação fraterna e congressual que sempre tivemos aqui e que faz parte da história do Congresso Nacional, de fazer homenagem a um Parlamentar que conhecemos melhor ao longo do ano passado e com o qual pudemos ter maior contato. O motivo da minha intervenção é o fato de ele agora ter assumido a Liderança do Governo no Congresso Nacional. Refiro-me ao Senador Fernando Bezerra, que teve marcante atuação nesta Comissão.

Mesmo sendo membro, repito, da Oposição, faço-lhe esta homenagem, porque reconheço ser cargo dignificante o de Líder do Governo, mesmo de um governo difícil de defender.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. esclarecesse como ficou resolvida a questão do meu requerimento ou do de V.Exa., que não foi votado ontem. Pelo que percebi, houve consenso e aquiescência do Plenário em atender a pedido de V.Exa. no que tange ao convite ao Ministro Guido Mantega para que venha a esta Comissão na próxima semana, a fim de explicar a limitação orçamentária imposta por decreto que ainda não conhecemos, mas ao qual vou me referir posteriormente.

Quero saber de V.Exa. qual a decisão sobre a vinda do Ministro do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, ontem enviamos ofício a S.Exa. convidando-o para comparecer a esta Comissão e prestar os esclarecimentos exigidos. O Ministro nos informou que não poderia vir na terça-feira, porque na próxima semana estará fora do Brasil, mas tão logo retorne virá à Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, agradeço ao Deputado Pauderney Avelino as palavras. Por decisão do Sr. Presidente da República assumo o papel de Líder do Governo no Congresso Nacional, com humildade de quem tem muito a aprender e me coloco, a partir de agora, numa relação mais estreita com os Srs. Parlamentares, no sentido de que juntos possamos dar contribuição ao Brasil e melhorá-lo no que diz respeito às ações governamentais.

Agradeço a todos a forma carinhosa com que fui recebido e me coloco inteiramente à disposição das Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Dando prosseguimento à reunião, concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Requeiro a V.Exa. a dispensa da leitura do relatório, uma vez que ele já foi distribuído e fartamente discutido até nas informalidades, pois já ocorreram várias reuniões de bancadas. Solicito ao Relator que se limite apenas à leitura do voto e dispense a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, regimentalmente tenho de submeter ao Plenário a decisão.

O Deputado Virgílio Guimarães, da Liderança do PT, solicita a dispensa da leitura do relatório do Senador Saturnino Braga.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado no Senado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, sou sincero, não ouvi qual a matéria que V.Exa. colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A dispensa da leitura do relatório do PPA, sugerida pelo Líder do PT.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Em atenção à solicitação do nobre companheiro Virgílio Guimarães, que fez a solicitação a V.Exa., vamos atender ao pleito do ilustre Deputado e concordar com a dispensa da leitura do relatório. Procederemos então à leitura do voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, registro a discussão que estamos realizando no momento e, como forma de agilizá-la, gostaria de fazer avaliação dos destaques.

Desde o início da discussão do PPA, temos dado clara demonstração da disposição do PSDB em colaborar com a Comissão, mas existem alguns pontos que merecem do nosso partido uma observação. Num primeiro momento havia resistência em pautar esse assunto para que fosse discutido, como há do Deputado Virgílio Guimarães, que passou a compreender a grandeza da nossa proposta. Certamente de nossa parte continuamos a prestar essa colaboração.

Registro também a nossa satisfação em ver como Líder do Governo o Senador Fernando Bezerra, com quem convivemos nesta Comissão. S.Exa. sempre foi firme e participativo com relação às discussões aqui travadas. O Governo terá um braço, nesta Comissão, voltado sobretudo para debater com disposição, paciência, tolerância e serenidade, assuntos que tanto incomodam a Oposição. É um passo que já tivemos, na manhã de hoje, com a colaboração, a sensibilidade e a compreensão, sobretudo, do Líder do PT nesse processo, Virgílio Guimarães.

Devemos avançar mais. Vamos colocar em destaque alguns compromissos assumidos nesta Comissão pela Liderança do Governo — a Liderança mudou — e que precisam ser cumpridos, uma vez que se criou expectativa quanto ao atendimento de vários pontos debatidos. Gostaríamos de reativar os pontos acordados com a Liderança do Governo e até hoje não foram honrados. Ou, se cumpridos, o foram num distanciamento do que foi acertado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Agradeço ao Deputado Anivaldo Vale a intervenção. Os compromissos assumidos em nome do Governo pelo Senador Amir Lando, hoje Ministro da Previdência, serão todos honrados. Eles são do Governo e serão cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Recebemos expediente do Líder do PT na Câmara com o seguinte teor:

“Tenho a honra de dirigir-me a V.Exa. a fim de indicar o Deputado Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais, coordenador do Partido dos Trabalhadores nessa Comissão, em substituição ao Deputado Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais.

Atenciosamente, Arlindo Chinaglia”.

Para considerações sobre a dispensa da leitura do relatório, já aprovada na Câmara e no Senado, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares desta Comissão, foi de bom senso a resolução da dispensa da leitura do relatório.

Agradeço aos ilustres colegas a dispensa desse meu esforço, que seria na verdade desnecessário, tal o grau de conhecimento que toda a Comissão já tem do teor do relatório. Ele foi apresentado e publicado em dezembro — deveria ter sido votado no mesmo mês — e comentado largamente na imprensa. Dessa forma, seria um cumprimento burocrático despiciendo, absolutamente desnecessário. Para a objetividade dos trabalhos e do nosso desempenho, foi uma boa solução a que foi recomendada e aprovada pelos Srs. Deputados e Senadores.

Quero, antes de ler o voto, agradecer a todos os que colaboraram com a feitura do relatório, à Assessoria da Comissão de Orçamento no Senado e na Câmara, que se mostrou competente. E mais



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que competente, extremamente dedicada. Eu já tinha conhecimento disso, já tinha no meu conceito essa constatação. Agradeço também, de público, a esses funcionários o esforço e o discernimento, a todos os membros dos comitês especiais, à funcionária Myrna e, de maneira muito especial, a uma funcionária que diretamente me assessorou e me foi emprestada para esse fim, revelando-se exemplar sob todos os pontos de vista, da qual o Senado pode se orgulhar, Márcia Azevedo, a colaboração.

Feitos esses agradecimentos, o ponto principal e polêmico desse relatório acabou se situando na questão do superávit primário que propus, a partir do ano de 2005, redução gradativa, muito prudente, de forma a não alterar a tendência declinante da relação dívida/PIB, fundamental para que o Brasil continue recebendo investimentos por conta das oportunidades de realização que a economia do País oferece. Em vista da necessidade de crescimento mais intenso da economia para gerar empregos e atender aos objetivos sociais, prejudicados pelos 25 anos de estagnação do Brasil, achei por bem que devia propor essa redução. Isso se transformou num ponto polêmico. O debate foi muito interessante.

Tenho ciência de que essa não é a posição do Governo, o que me coloca numa condição delicada, uma vez que sou Parlamentar da base governista e acredito no Presidente Lula. Mas é o meu ponto de vista. Em benefício do êxito e do cumprimento das obrigações e dos compromissos deste Governo, devia ser anunciado que 2004 será ainda difícil. A partir do ano que vem poderá haver maior liberação para investimentos que alavanquem o crescimento da nossa economia.

Por outro lado, essa foi a forma encontrada de liberar recursos para atender, pelo menos parcialmente, a grande número de emendas dos Srs. Parlamentares, os quais têm também o propósito de estimular e produzir o desenvolvimento econômico e o atendimento das necessidades sociais. Eventualmente podem ser encontrados outros meios de atender em nível um pouco mais baixo a essas mesmas emendas. Estou consciente de que esse ponto polêmico é o que deve principalmente ser decidido nesta reunião, razão pela qual me demorei mais sobre ele, mesmo dispensada a leitura do extenso relatório, para chamar a atenção e ler, finalmente, o voto que o conclui.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2003, do Congresso Nacional, conforme anexos, nos termos do substitutivo. Relatório esse ao qual, depois de concluído, apresentei 2 adendos, que também são do conhecimento da Comissão, já foram publicados, alteram relativamente o teor do texto e constituem com ele unidade que deve ser apreciada como tal.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Alberto Goldman, declaro inadmitidas as emendas apontadas pelo Relator, conforme o estabelecido no art. 8º, alínea "o", do regulamento interno da Comissão.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, o Sr. Relator acabou de informar que foram apresentados 2 adendos. Imagino que sejam os de 19 e 22 de dezembro. O adendo de que disponho não tem número. Dessa forma é muito difícil de trabalhar adendo. Tenho adendo ao relatório apresentado, que diz: *os adendos apresentados em 19 e 22 de dezembro de 2003 estão cancelados*. Então, 2 adendos foram cancelados e substituídos por esse de que disponho. Portanto, existe apenas um.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Os 2 adendos de dezembro de 2003 foram substituídos por 2 novos, neste mês de fevereiro .

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Fica difícil, porque não há numeração desses adendos, não há identificação. Tenho apenas um em mão, do dia 4 de fevereiro, dizendo que os adendos de 19 e 22 de dezembro de 2003 foram substituídos.

Sr. Presidente, estou recebendo neste momento — hoje é dia 12 — o adendo nº 2, de ontem, com data de 11 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Alberto Goldman, esse adendo foi distribuído ontem na reunião.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, desculpe-me, mas, com todo o respeito, estamos há meses trabalhando com o material. Há um adendo do dia 4 de fevereiro, em que há mudanças. Agora, no momento da votação, aparece novo adendo com 80 páginas. Refiro-me ao



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

adendo nº 2. Não é admissível, Sr. Presidente. Tudo bem. Vamos discutir a matéria. Mas não esperem que iremos abrir mão e votar a matéria hoje como está. É inadmissível. Estou recebendo o adendo neste momento. Talvez eu não seja tão eficiente. São 11h da manhã do dia 12 de fevereiro. A matéria é do dia 11, não a estudei. É incrível, Sr. Presidente, realmente, desculpem minha “incompetência” — entre aspas. Apesar de se estar trabalhando na velocidade da luz, infelizmente ainda não consigo fazer isso. Então, vamos à discussão da matéria. Estou tomando conhecimento desse adendo neste momento. Por essa razão reclamei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Alberto Goldman, não está havendo precipitação. Trata-se da dispensa de leitura do relatório. Há sugestão do Deputado Anivaldo Vale para que tenhamos reunião de Liderança para discutir o relatório. A seguir, após a discussão, procedermos à votação. Estamos fazendo apenas a explanação sobre os pontos do relatório. É o problema. Não há pressa na votação ainda.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, o Plano Plurianual, apreciado o ano passado, deveria ter sido votado antes da lei orçamentária. Sr. Presidente, acredito que, pela primeira vez, estamos votando um Plano Plurianual, que é misto, mais LDO.

A meu ver, o Plano Plurianual deveria conter diretrizes macroobjetivas pelas quais o Governo pretende tanger as suas ações, os programas indicadores das metas que quer atingir por meio do seu Plano Plurianual, e não descer até o nível das ações orçamentárias com projetos e atividades.

Não podemos, Sr. Presidente, votar matéria sem termos claras as explicações do Relator sobre qual o método adotado por ele para definir o sistema do planejamento e orçamento. Não podemos votar matéria sem saber o que significa o que está no PPA. Estamos vivendo momento em que o Nordeste e o Sudeste estão ficando debaixo d'água. Uma ponte e um açude foram construídos, mas a enchente levou a ponte e destruiu o açude. Esse açude e essa ponte não estão incluídos no PPA porque já existiam. Como vai ser a sua reconstrução? Portanto, precisamos ter explicações como essas do Relator.

Há projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados da mais alta importância para o País, que trata da Parceria Público-Privada. Prevê investimentos da ordem de quase 22% do PIB. É a esse percentual que ele se refere. Os recursos virão da iniciativa privada e terão toda uma regulamentação. E ainda não está claro qual modelo iremos votar no plenário desta Casa, porque não há substitutivo elaborado. O Relator tem acatado sugestões nossas, o que é louvável, mas pergunto: qual é a relação existente entre o Plano Plurianual e a Lei das Parcerias Público-Privadas?

Para concluir, Sr. Presidente, é difícil votarmos essa matéria quando temos a espada de Dâmocles sobre projeto que ainda não conhecemos, mas ao qual já foi dado publicidade de que há limitação orçamentária de mais da metade dos investimentos que nós, no Congresso Nacional, aprovamos na LDO de 2004. Fica muito difícil, caro Deputado Virgílio Guimarães, apesar de toda a vontade que temos em colaborar. As bancadas de oposição sempre estiveram presentes em todas as reuniões que não existiram. Mas estávamos presentes. Queremos dar à sociedade brasileira a clara visão do que está acontecendo aqui. Não podemos, açodadamente, votar matéria que entendemos não conhecer *in totum*, que não está amadurecida, como disse o Deputado Alberto Goldman, e como ocorreu com o relatório entregue ontem. E hoje estamos tomando conhecimento de mais um adendo apresentado ao Plano Plurianual.

Portanto, Sr. Presidente, é louvável a decisão de V.Exa. de convocar o Colégio de Líderes para decidir como será feita a discussão do Plano Plurianual.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, comunico a V.Exa. e ao Plenário a confirmação do nome do Deputado Virgílio Guimarães como Vice-Líder do Governo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Virgílio Guimarães é Vice-Líder do Governo, representa o Governo na Comissão nessa condição.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, não estamos ainda discutindo o relatório, mas pontos importantes. Está acertado que haverá reunião dos Srs. Líderes na terça-feira. A seguir, começaremos a discussão e votação do relatório.

Não está também aberto o prazo para apresentação de destaques. Alguns Parlamentares têm solicitado à Mesa essa informação.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que suspenda a reunião por 30 minutos, a fim de reunirmos com os Srs. Líderes. Já há entendimento no sentido de avançarmos hoje em relação à matéria ora em discussão.

É o apelo que faço a V.Exa.

Em seguida, retornaremos e daremos prosseguimento ao debate e, posteriormente, ao processo de votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, apresento proposta a V.Exa. no sentido de que se abra a discussão antes da suspensão da reunião, para que possamos apresentar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado José Rocha sugere que se reabra o prazo para a apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Seria a partir da abertura da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A Mesa aceita a proposta do Deputado José Rocha.

Está aberto o prazo para a apresentação de destaques.

Tem a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A abertura do prazo para apresentação de destaques não cria nenhum tipo de problema. Nosso problema é sempre quanto ao prazo final, não ao inicial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Prazo final, Deputado?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Claro.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - O final do prazo de discussão seria na próxima terça-feira ou hoje?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Depende da discussão. Se o Colégio de Líderes entender que vota hoje, tudo bem.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Então, vamos votar hoje.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Se o Colégio de Líderes assim o entender, vota-se ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Se as Lideranças concordarem, podemos continuar a votação hoje.

Tem a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Entendi que V.Exa. já havia decidido promover reunião dos coordenadores de bancada na próxima terça-feira. Neste intervalo, teríamos tempo de tomar conhecimento sobre o que está no adendo 2, composto de quase 100 páginas. Pode conter ou não alterações profundas. É preciso que cada bancada tenha tempo necessário para encaminhar seu ponto de vista à assessoria, no sentido de que se tenha um parecer. Não se trata de adendo de meia ou 2 páginas. São quase 100.

Entendi que V.Exa. tinha decidido que a reunião seria suspensa. Faríamos a de coordenadores na próxima terça-feira e, a seguir, iniciariamos a discussão do relatório. Foi o que entendi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É o que foi decidido pela Mesa. Nada foi decidido sobre sugestões.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Uma sugestão da Liderança do PT para que a reunião de coordenadores seja feita hoje.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, a sugestão feita para que o Colégio de Líderes discuta agora a matéria tem todo o sentido. Evidentemente, ninguém vai votar sem conhecer o tema. Mas foi oferecido adendo e ele pode ser compreendido neste momento e retirado. Mil coisas podem acontecer.

Sugeriria a V.Exa. que fizéssemos a reunião do Colégio de Líderes, reinstalássemos a Comissão e houvesse decisão. Se é agora, amanhã ou terça-feira, isso seria fruto de discussão. Já com o prazo aberto para apresentação de destaques, conheceríamos os já existentes. Se houver condições de amadurecimento, vota-se mais cedo ou mais tarde. Isso seria já um resultado da reunião do Colégio de Líderes que poderíamos fazer de imediato.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O único acordo que teremos é fazer a reunião dos Líderes.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, concordamos com a proposta do Deputado José Rocha, sobre a abertura do prazo para apresentação de destaques, mesmo porque a discussão deveria se iniciar neste momento em que é apresentado o substitutivo do Relator, Senador Saturnino Braga.

Sr. Presidente, neste caso, V.Exa. poderia apenas iniciar a fase para apresentação dos destaques sem, contudo, fechar o prazo de encerramento. Se não chegarmos a uma conclusão hoje, poderia ser na próxima terça-feira. Portanto, esse prazo ficaria em aberto, porque não conhecemos a totalidade da matéria nem várias questões primordiais atinentes a ela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Pauderney Avelino, excepcionalmente abrimos o prazo para apresentação dos destaques, mas o encerramento dele só se dará ao término da discussão.

Tem a palavra o Relator.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, eu só queria, em atenção ao que levantou o Deputado Alberto Goldman, dizer que o adendo 2 realmente é muito simples e fácil de ser entendido. Compõe-se de um parecer sobre emenda equivocada. Só tardiamente pude verificar isso. Refere-se à emenda da Comissão de Educação de grande importância que, por equívoco, saiu de forma errada. Posteriormente, a republicação de quadros e demonstrativos para dar mais transparência ao relatório.

Não faria questão dos 3 últimos itens. Poderia até retirá-los e ficar somente com a restauração do parecer equivocado da emenda, mas é algo que só vai contribuir para esclarecimento, cujo entendimento requeira tempo maior de apreciação, razão pela qual não tive dúvidas em apresentá-lo, ainda que, repito, tardiamente.

Era o esclarecimento que gostaria de fazer a V.Exas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Relator, V.Exa. apresentou o relatório em 2003, teve até o dia de ontem deste ano para fazer a correção que observou. Portanto, V.Exa. não pode querer que nessas horas façamos a avaliação do que está escrito nele.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - A correção diz respeito a uma emenda. E só tardiamente me foi mostrado que havia equívoco.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - De uma forma ou de outra, Sr. Relator, são 93 páginas. Têm que ser lidas.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não estou desconfiando da informação de V.Exa.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Estou achando justa a observação de V.Exa., só estou procurando explicar.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Obrigado. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, quero, nesta oportunidade, enaltecer o trabalho do Sr. Relator, a sua disposição sobre o entendimento



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que teve com as bancadas, especialmente a nossa, no atendimento às nossas emendas. Infelizmente, esse atendimento ficou a desejar.

Estamos apresentando destaques para que possamos contar com a boa vontade do Relator, no sentido de analisá-los.

As emendas apresentadas são no sentido de atender a importantes obras do nosso Estado.

Concordo com os Deputados Pauderney Avelino e Alberto Goldman de que não teríamos condições de votar a matéria sem antes tomar conhecimento de todo o relatório e dos adendos apresentados por V.Exa. E também com questões levantadas pelo Deputado Pauderney Avelino, com relação a obras danificadas pelas enchentes, que não constam do PPA, e como nele seriam inseridas, a fim de que pudessem ter a atenção do Governo para sua execução. Assim como diversas outras questões que estão para ser explicadas. Esperamos que no decorrer da discussão, o Relator possa dar à Comissão explicações devidas e necessárias.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o novo Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, que mantém bom relacionamento nesta Comissão. S.Exa. terá trânsito para as negociações entre Governo e Oposição, a fim de que possamos, num maior entendimento, dar celeridade aos trabalhos da Comissão.

Parabenizo também o Deputado Virgílio Guimarães pela indicação como Vice-Líder do Governo nesta Casa, companheiro amigo de todos, com trânsito muito grande entre todas as bancadas não só na Câmara, como no Senado e nesta Comissão. S.Exa., sem dúvida alguma, dificultará, em muito, o trabalho da Oposição. Sua maneira mineira de tratar os assuntos vai dificultar muito o nosso trabalho.

Com certeza, é grande companheiro que saúdo neste momento. O Governo soube muito bem escolher Virgílio Guimarães para representá-lo nesta Comissão, que já vem desenvolvendo trabalho com muita competência, brilho e, sobretudo, com a mineirice que lhe é peculiar.

Em face da sua competência, certamente a Oposição terá dificuldades para realizar o trabalho nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, queremos apelar para os demais companheiros da Casa, a fim de agilizarmos a discussão do PPA, no sentido de que Governo tenha condições para executar o Orçamento de 2004.

As razões apresentadas anteriormente pelo Deputado Pauderney Avelino e pelo amigo Deputado da Bahia, citando o estado de calamidade em que estão alguns dos Municípios ou dos Estados da Federação, nada disso impede de votarmos o PPA. Primeiro, os recursos destinados para amenizar o estado de calamidade nos Estados podem ser excluídos da verba de contingência, além de tantos outros recursos que podem, por meio da legislação, ser retirados, ficando a critério do Governo, para que sejam executados esses serviços emergenciais.

Essas razões não justificam. Precisamos, Sr. Presidente, agilizar essa votação para que tenhamos condições, o mais rapidamente possível, de colocar em prática o Orçamento de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, há proposta do representante do PT, a qual acato, para que seja suspensa a discussão da matéria e realizada reunião das Lideranças partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Srs. Parlamentares, como não se iniciou a Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados nem no Senado Federal, suspendo a reunião e convoco os coordenadores de bancada e as Lideranças dos partidos para uma reunião.

Informo a V.Exas. que se a discussão demorar até a abertura da Ordem do Dia, a reunião será convocada após o término da Ordem do Dia das duas Casas.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Na condição de decano, declaro reaberta a 3ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização .



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Havendo acordo entre Lideranças de todos os partidos e em virtude de votação nominal no Senado Federal, suspendo a reunião e convoco outra para terça, dia 17, às 14 horas 30 minutos. Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Srs. Senadores, Srs. Deputados, na qualidade de Parlamentar mais idoso da Comissão — também sou o mais antigo —, assumo a Presidência para informar a V.Exas. que a presente reunião deixa de ser realizada, tendo em vista a falta de *quorum*.

A Secretaria adotará as devidas providências. Se for o caso, nova reunião será marcada, em data a ser divulgada.